

## **A MORTE EM CENA: A INFLUENZA ESPANHOLA NA CIDADE DE PARAHYBA DO NORTE, 1918\***

**Silvera Vieira de Araújo\*\***

### **Resumo**

O presente estudo tem como objetivo estudar as repercussões da epidemia de gripe espanhola na Cidade de Parahyba do Norte, em 1918, buscando compreender as dimensões sociais e políticas da epidemia, dando ênfase a atuação do poder público estadual através do *Serviço de Higiene Pública*, e os elementos de reorganização social diante das lacunas deixadas pelo poder público. Para esta discussão utilizaremos a noção de “poder” enfatizada por Balandier (1999), bem como o conceito de “situação crítica” estabelecido por Giddens (2003), para caracterizar os desequilíbrios sociais provocadas pelas epidemias. Consideramos que, a epidemia da gripe espanhola na cidade de Parahyba do Norte, alterou significativamente os elementos de ordem social e política, gerando embates entre os diferentes grupos sociais e políticos.

**Palavras-Chave:** Gripe Espanhola, Serviços de Higiene Pública e Parahyba do Norte.

### **Abstract**

The present study aims to study the impact of the Spanish flu epidemic in the city of North Parahyba in 1918, seeking understand the social and political dimensions of the epidemic, emphasizing the actuation of the government through the Office of Public Hygiene, and elements of social reorganization before the gaps left by the public. For this discussion we will use the notion of "power" emphasized by Balandier (1999), as well as the concept of "critical situation" established by Giddens (2003), to characterize the social imbalances caused by epidemics. Consider that the Spanish flu epidemic in the city of North Parahyba have significantly altered the elements of political and social order, creating conflicts between different social and political groups.

**Key Words:** Spanish Flu, Hygiene Public Services, Parahyba North.

---

\* Este artigo constitui uma das partes do primeiro capítulo da tese que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Alberto Cunha Miranda.

\*\* Aluna do Doutorado em História do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

## Introdução

Este trabalho tem como proposta central analisar as repercussões sociais e políticas da influenza espanhola na Cidade de Parahyba do Norte, antiga denominação da atual capital da Paraíba, João Pessoa. A partir deste objetivo, pretendemos discutir os embates políticos resultantes do contexto de crise instaurado pela epidemia no ambiente urbano. Segundo Giddens (2003), o cotidiano epidêmico pode ser comparado ao que ele denomina de *situação crítica*: “são circunstâncias de disjunção radical do tipo imprevisível, que afetam uma quantidade substancial de indivíduos, situações que ameaçam ou destroem as certezas de rotinas” (GIDDENS, 2003: 70). Diante deste contexto de incertezas, crises e situações ameaçadoras, analisaremos a atuação do *Serviço de Higiene Pública* do Estado da Paraíba, identificando os embates entre os atores políticos em torno da instituição, bem como as precariedades e insuficiências deste órgão no que diz respeito ao combate da epidemia. Além disso, as discussões voltam-se para a problemática da reorganização social dos diversos grupos sociais diante do cenário de crise, agravado pela ausência ou ineficiência do poder público no tocante ao combate a epidemia.

Em 1918, o final da primeira grande guerra era o principal assunto dos jornais brasileiros, e também, paraibanos, quando entra em cena a influenza espanhola, grande epidemia, que assolou quase toda a população mundial, conforme alguns pesquisadores e, embora algumas ilhas do Pacífico não tenham sofrido com a *influenza* espanhola, ela esteve presente na América, na África, na Ásia, na Oceania e na Europa, por isso, considerada uma pandemia. A pandemia de gripe, a influenza espanhola, em 1918:

*“A moléstia de gripe chegou ao Brasil através de um vapor de bandeira Inglesa, o Demeara. Este navio atracou-se sucessivamente nos portos de Recife, em Salvador e no do Rio de Janeiro, então Capital Federal. Como alguns tripulantes já estavam gripados, foi apenas questão de tempo para que a epidemia gripal atingisse os três portos supracitados, alastrando-se em seguida para os estados da Paraíba e Espírito Santo” (BERTOLLI FILHO, 1986:89)*

No início do mês de agosto, “já se registravam centenas de casos nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, incluindo uma grande quantidade de mortos ocasionados pela mesma” (SOARES JR, 2011: 63). A proximidade da influenza, com inúmeros casos

confirmados no vizinho Estado do Pernambuco, fez com que a população da capital paraibana ficasse polvorosa, embora fosse a influenza denominada benigna. A doença, popularmente como gripe, recebeu várias denominações, dentre as quais: gripe, influenza, resfriado, constipação, urucubaca, passou a atacar milhares de homens e mulheres que pensavam portar uma simples gripe.

### **A influenza espanhola na Cidade de parahyba do Norte, 1918**

O primeiro caso de influenza na capital paraibana foi divulgado pelo jornal “A Imprensa” em sua edição do dia 26 de outubro de 1918, o referido jornal descreve os sintomas apresentados por um marinheiro, mais precisamente um dos homens que descarregavam os navios. Francisco Firmino Lopes, em seu compadecimento físico, apresentou “manifestação súbita de tonturas, calafrios, dores imprecisas no corpo, atonia muscular, dôres de cabeça intensas e elevação da temperatura (40° e mais) e dôres na garganta com inflamação.”<sup>1</sup> A gravidade do caso residia na duração mais extensa dos sintomas do que a de uma simples gripe e “nas complicações sob a forma de bronchite capillar e pneumunia, donde pode resultar a morte.”<sup>2</sup> De acordo com Bertolli Filho o portador da *influenza* apresentava a seguinte sintomatologia:

*Calafrios, sensação de frio, febre, dores de cabeça, prostração intensa e dores musculares, principalmente nas costas, ombros e pernas, a temperatura do enfermo pode chegar até a 40° centígrados e persistir alta de um a seis dias... São notadas alterações no aparelho respiratório, tais como dores de garganta, catarro nasal e tosse, existia a forma benigna da doença não colocando a vida do enfermo em perigo e as infecções secundárias, colocando-se em risco a vida do enfermo, principalmente quando ocorrem complicações por pneumonia bacteriana, fato que pode levar o gripado a óbito dentro de um período geralmente não superior a 48 horas. (BERTOLLI FILHO, 1989:88).*

A Pandemia de gripe, “A influenza”, também irrompeu na capital paraibana em 1918. com o número de 209 óbitos entre os meses de outubro a dezembro do referido ano. Nos primeiros meses de 1919, ainda foram registrados 39 óbitos, perfazendo um total de 248 vítimas fatais no total de 50 mil habitantes. A influenza irradiou-se rapidamente pelo interior

---

<sup>11</sup> **A Imprensa**, 26 out. 1918.

<sup>2</sup> Idem,

da Paraíba, mas com natureza benigna em quase todas as localidades por onde passara. Segundo Almeida (1923, p.387) o caráter benigno da influenza na Paraíba deveu-se a “excelência do nosso clima”, uma vez que inexistia “aparelhamento sanitário”. No geral, a maioria das vítimas eram indigentes.<sup>3</sup> “Indigentes”, “operários”, “proletários”, pobres, eis o universo social dos acometidos pela influenza descrito pelos jornais “A Imprensa” e “A União”<sup>4</sup>. Por que será que os doentes em sua maioria pertenciam à classe social considerada “baixa” ou “pobre”? Por que os ricos não contraíram a influenza espanhola? As matérias dos referidos jornais sempre classificam os *influenzados* como membros das classes pobres, aos quais faltariam alimentos e remédios. Há um silenciamento quanto à manifestação da epidemia entre os membros da elite. No cenário da epidemia considerava-se que os pobres seriam mais suscetíveis ao contágio da doença. O discurso assistencialista de ajuda aos pobres passou a ser recorrente entre as autoridades. Assim, identificamos no pagamento dos funcionários por parte do governo estadual, ato natural e obrigatório do empregador para com seus funcionários, foi considerado pelo jornal “A União” algo *louvável e filantrópico*,<sup>5</sup> como se o pagamento dos funcionários fosse um ato de caridade empreendida pela vontade pessoal do presidente do Estado. E, principalmente, como se fosse uma ação de controle e minimização dos efeitos da epidemia no Estado.

A profilaxia e o tratamento da *influenza* foram bastante discutidos no jornal “A União”. Por sugestão do médico higienista Flávio Maroja, o referido jornal publicou uma entrevista do médico pernambucano João da Costa ao “Jornal do Recife”. O médico João da Costa expõe em ordem alfabética as medidas profiláticas necessárias para evitar o contágio da doença.<sup>6</sup> Além das recomendações básicas de “lavar a boca e as narinas, uma ou mais vezes ao dia”, constam-se outras, como:

*“Observar diariamente o funcionamento do intestino, corrigindo-o se necessário. Evitar a permanência em lugares públicos com aglomeração de pessoas e casas sujeitas à pouca ventilação. Evitar a inalação de poeira. Evitar o contato com objetos pertencentes ao doente, principalmente travesseiros, copos, talheres. Evitar o contato buço-nasal muito freqüente pelo beijo. Fazer uso diário de limonadas. Evitar fazer visitas aos doentes. As pessoas que cuidam dos doentes devem adotar*

<sup>3</sup> Ver: ALMEIDA, 1923,p. 386 e 387.

<sup>4</sup> A Influenza espanhola, **A União**, n.225, 12 de out. 1918; **A Imprensa**, 21 nov. 1918.

<sup>5</sup> **A União**, n.225, 12 de out. 1918;

<sup>6</sup> **A União**, n.238, 29 de out. 1918;

*cuidados higiênicos, evitando o contato muito próximo com o enfermo. Pessoas acometidas pela doença, devem permanecer em casa até o completo restabelecimento, para não oferecer o perigo do contágio aos demais semelhantes.”<sup>7</sup>*

O médico paraibano Flávio Maroja, acrescentando outras medidas profiláticas, considera conveniente que “se ponha em pratica, já a irrigação das nossas ruas, principalmente as mais transitadas.”<sup>8</sup> Tendo em vista que, as nuvens de poeira, contem “no seu seio germens de grande quantidade de moléstias.” Além disso, fazia-se necessário que se proibisse, a “varredura, a secco, das mesmas ruas, como o faz em pleno dia a municipalidade.” No que diz respeito ao tratamento dos *influenzados*, em geral os médicos receitavam “os saes de quinina,<sup>9</sup> a antypirina, a phenacetina”<sup>10</sup>. Mas G. Lemoine, recomenda com preferência o bromhydrato. Além da referida medicação, o limão e o repouso fazia parte da terapêutica prescrita aos doentes. Sobre a influenza na capital paraibana, o articulista do jornal “A União,” considera que:

*“a sua propagação tem sido parallela a sua benignidade.”<sup>11</sup> Isso porque, “os casos esporádicos de óbitos todos têm os seus antecedentes explicáveis nas condições precárias da saúde dos atacados. Assim, não podemos de boa fé asseverar que há uma mortalidade conseqüente da moléstia, por quanto, os poucos casos fataes occorridos têm a sua razão explicativa nos antecedentes morbosos dos influenzados.”<sup>12</sup>*

Na continuação da matéria, justifica-se tal explicação, argumentando que, “a esses mesmos enfermos tem faltado assistência médica e o mesmo auxílio alimentar mandado distribuir pelo governo.”<sup>13</sup> Contraditoriamente, o jornal, órgão oficial do governo do estado, sai em defesa do governo estadual, ao afirmar que, “dia a dia se acentua os esforços do chefe do Estado reiterando às autoridades sanitárias e policiais as suas enérgicas recomendações, no

<sup>7</sup> Idem,

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> O quinino era um medicamento muito utilizado desde o período colonial para o combate das diferentes doenças, dentre as quais as febres e a malária. Assim, a quina “alcançou importância redobrada a medida que as incursões pelo interior vitimavam, com febres terçãs, quartãs, perniciosas ou intermitentes, homens que nomeavam de diversas maneiras aquilo que muitas vezes os mataria (BERTUCCI, 2003, p. 199)

<sup>10</sup> **A União**, n.238, 29 de out. 1918.

<sup>11</sup> A Influenza espanhola, **A União**, n.225, 12 de out. 1918;

<sup>12</sup> Idem

<sup>13</sup> Idem

sentido de não faltar assistência e medicamentos aos atacados.” Para o articulista do jornal, o número de óbitos seria apenas uma exceção, uma vez que, o governo estava cumprindo o seu papel, embora estivesse faltando assistência médica aos poucos indivíduos que faleceram. Todavia, se para o jornal “A união” o governo estaria cumprindo sua função de controle e combate da influenza, através da Repartição de Higiene. Para o jornal “A Imprensa” em sua edição de 21 de novembro de 1918, estava o ocorrendo o contrário, o governo estava sendo negligente, pois a “saúde pública na Paraíba está a cargo de uma Repartição inadequada e em condições de colimar a sua finalidade.”<sup>14</sup> Nas considerações feitas pelo jornal sobre o “Serviço de Hygiene,” observamos que, “inadequado em cuja atuação funesta, encontrou sérias barreiras no tratamento da doença que, graças à negligencia de uma Repartição desvalida que não poderia garantir sequer certa imunidade contra a influenza.”<sup>15</sup> Embora fosse considerada ineficiente pelo jornal “A Imprensa”, foi sob orientação do Serviço de Higiene Pública da Paraíba, que o governo determinou, “com suas ordens às autoridades, com o fim de proibir terminantemente a freqüência e visitação ao cemitério no dia consagrado aos mortos.”<sup>16</sup> Não só a casa dos mortos ficou deserta, outros espaços também ficaram, quando “o governo estadual decretou a suspensão temporária das aulas públicas, o fechamento do cinema, a suspensão do Prado e qualquer outro lugar em que o ar não circulasse livremente ou que reunisse uma grande quantidade de pessoas” (SOARES JR, 2011:70). Em acordo com o arcebispo, o governo estadual adotou as seguintes medidas:

*Egrejas devem ser rigorosamente limpas e desinfectadas, actos religiosos só serão permittidos pela manhã, não devendo ser muito prolongados. Não se permittirão festas, romarias e aglomeração de povo. Egrejas não se abrirão depois das seis da tarde. Mesmas condições podeis permittir culto evangélico.*<sup>17</sup>

A Diretoria de higiene, segundo o articulista do jornal “A União” não deveria esquecer que como “medida das mais positivas e inadiáveis a distribuição em certas ruas dos nossos bairros mais populosos, principalmente, Jaguaribe, Riacho e Rogger de remédios aos atacados

---

<sup>14</sup> **A Imprensa**, 21 nov. 1918.

<sup>15</sup> *Idem*

<sup>16</sup> **A União**, n. 238; n. 239, 30 de out. 1918.

<sup>17</sup> A Influenza, **A União**, n. 237, 27 de out. 1918.

de influenza.”<sup>18</sup> Ao que tudo indica este esquecimento por parte da Diretoria de higiene poderia acarretar sérias conseqüências, na medida em que os influenciados poderiam ter seu caso agravado devido “a mingua do tratamento médico.”<sup>19</sup> Dentro das possibilidades econômicas, o governo estadual “determinou a distribuição de recursos materiais entre os mesmos (influenzados), que já tinham médico e remédio a sua disposição.”<sup>20</sup> Este auxílio acrescentando pelo presidente do Estado, “será ministrado pelo Sr. Cel. Jacyntho Cruz, da confraria de São Vicente de Paulo.”<sup>21</sup> O novo auxílio prestado pelo governo era suficiente para atender as reais necessidades dos doentes? Se existia o Serviço de Higiene Pública da Paraíba, órgão responsável pelas medidas profiláticas e terapêuticas necessárias ao combate da epidemia, por que estes recursos foram entregues a um sujeito particular?

A atuação do governo estadual no âmbito da saúde constituía-se enquanto conjunto de ações assistencialistas e preventivas. Em que a preocupação primordial das autoridades era mais impedir o alastramento da epidemia, sem a devida intenção de curar os sujeitos afetados pela doença. O assistencialismo evidencia-se na distribuição de alimentos aos pobres doentes. Aliado ao assistencialismo, o presidente do Estado desenvolveu uma atitude personalista no cenário da polvorosa epidemia, neste sentido, “ligando ao acaso a importância com que s. exc. Trata todas as cousas que se relacionam com os destinos de seus governados, transportou-se ontem de Cabedello a esta cidade, consagrando desde o momento de sua chegada pelo horário das 7,40 até o meio dia a visitas às casas dos pobres acometidos da influenza, em companhia do director de Hygiene.”<sup>22</sup> O personalismo do presidente traz em si a ideia de que o estado estava identificado diretamente com o executivo, sendo, este o único capaz de resolver todos os problemas dos seus governados e o provedor das necessidades dos pobres desvalidos. Ocorre neste caso, uma supervalorização do governante e de sua administração. Tal postura política decorre de estilos políticos marcados pela liderança do líder, que tende a desqualificar as instituições democráticas.

A construção da imagem do presidente nas páginas do jornal “A União,” enquanto político “bondoso”, “generoso” que visita os pobres doentes reflete a persuasão dos

---

<sup>18</sup> Idem,

<sup>19</sup> Idem

<sup>20</sup> A Influenza espanhola, **A União**, n.225, 12 de out. 1918;

<sup>21</sup> Idem,

<sup>22</sup> Idem,



governados mediante a produção de imagens acerca do político. Isto, por que, para Georges Balandier, o poder não se mantém somente pela força física:

*O poder estabelecido só pela força, ou sobre a violência não domesticada, teria uma existência constantemente ameaçada; o poder iluminado apenas pela luz da razão teria pouca credibilidade. Não consegue manter-se nem pela autoridade brutal, nem apenas pela justificação racional. Não se faz nem se mantém senão pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização num quadro cerimonial.*<sup>4</sup> (BALANDIER, 1999: 21-22).

A imagem do presidente do Estado construída nas páginas do jornal “A União” demarca a intenção de fazer propaganda do político e de sua administração mediante a exposição da pessoa do político em seus momentos de aparição pública, onde seu gesto “bondoso” passa a ser identificado com a figura do governante. Contudo, nos momentos dolorosos propiciados pela epidemia, a ausência do Estado enquanto agente promotor da saúde pública fazia com que outros atores sociais procurassem preencher o vazio deixado pelo Estado paraibano. Neste sentido, comerciantes, igreja, médicos e pessoas comuns adotaram praticas diversas para ajudar com medicamentos e alimentos os influenciados. Desta forma, a Associação Comercial e a Maçonaria “resolveram agir conjuntamente para o fim de auxiliar o governo na debellação da epidemia.”<sup>23</sup> A associação comercial contribui com mais de dois contos de reis para a compra de remédios e alimentos para os acometidos pela enfermidade. Já os médicos também se organizaram para ajudar o governo no combate a epidemia, a comissão formada por médicos ficou encarregada de percorrer as ruas da cidade, visitando os doentes e “fornecendo o cartão para a aquisição de alimentos.”<sup>24</sup> Outros atores sociais se também se envolveram nessa luta contra a moléstia, como os membros da Igreja Católica, e mais precisamente o Monsenhor Odilon Coutinho, tesoureiro da *Comissão central de socorros aos influenciados*,<sup>25</sup> responsável pela arrecadação de dinheiro para a compra de remédios e gêneros alimentícios para serem distribuídos entre as famílias pobres que tivessem sido afetadas pela influenza. Dentre os contribuintes para a comissão, observamos na lista nomes de entidades como a

<sup>23</sup> **A União**, n. 239, 30 de out. 1918.

<sup>24</sup> *Idem*,

<sup>25</sup> Ver **A Imprensa**, 10 de Dez. 1918.

Associação Comercial, o governo do estado, Serviço de Higiene Pública, Seminário Provincial, a prefeitura da capital. Os coronéis Antonio da Silva e Mello, Orestes Cunha, Candido Bezerra de Meneses e Antonio Mendes Ribeiro também fizeram suas contribuições, assim como, as senhoras da alta sociedade. Desta forma, a doença, “pode ser o lugar privilegiado de onde melhor se observa a significação real dos mecanismos administrativos ou das práticas religiosas, as relações entre poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma” (PETER & REVEL, 1976:144).

### Considerações finais

A passagem da epidemia pela cidade da Parahyba demonstrou como era ineficiente o *Serviço de Hygiene Pública*. Órgão este, institucionalizado e organizado desde 1911, mas incapaz de tomar atitudes mais enérgicas diante das dolorosas cenas de mortes. Neste cenário, a atuação do governo estadual, via *Serviço de Higiene Pública*, restringiu-se a mera distribuição de alguns poucos medicamento e na doação de dinheiro para a *Comissão de Socorros aos Influenzados Pobres*.

A ocorrência da epidemia demonstrou como eram frágeis as instituições estatais destinadas a proteger a população dos efeitos trágicos dos surtos epidêmicos, assim como, eram ineficientes e precárias as ações do Estado no campo da saúde pública.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. Parahyba do Norte, Imprensa Official, 1923.

BALANDIER, Georges. **O dédalo**: para finalizar o século XX. Tradução: Suzana Martins. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **Epidemia e Sociedade**: a gripe espanhola no município de São Paulo. SP, 1986, 482p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BERTUCCI, Liane Maria Martins, Conselhos ao povo, educação contra a influenza de 1918. **Cadernos Cedes**, v. 23, n. 59, p. 103-17, 2003.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 2ªed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. **O Corpo**. IN LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *Novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos**: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)/ Azemar dos Santos Soares júnior.- Dissertação de Mestrado- UFPB, João Pessoa : , 2011.